



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DEPARTAMENTO CAMPUS CARAÚBAS
CURSO CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ADRIANA DÁLIA MARIANO DE PAIVA

**PROPOSTA PARA A ACESSIBILIDADE NA ASSOCIAÇÃO
FILANTRÓPICA JORGE GURGEL FERNANDES DO AMARAL “LAR
DOS MESTRES DA VIDA”**

CARAÚBAS - RN
2015

ADRIANA DÁLIA MARIANO DE PAIVA

**PROPOSTA PARA A ACESSIBILIDADE NA ASSOCIAÇÃO
FILANTRÓPICA JORGE GURGEL FERNANDES DO AMARAL “LAR
DOS MESTRES DA VIDA”**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), como exigência final para obtenção do título de Bacharel em Ciência e Tecnologia.

Orientador: Kleber Cavalcanti Cabral

CARAÚBAS – RN

2015

© Todos os direitos estão reservados à Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996, e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Campus Caraúbas (BCC)
Setor de Informação e Referência

P142p Paiva, Adriana Dália Mariano de.

Proposta para a acessibilidade na associação filantrópica
Jorge Gurgel Fernandes do Amaral Lar dos Mestres da Vida/
Adriana Dália Mariano de Paiva -- Caraúbas, 2015.
42f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Kleber Cavalcanti Cabral

Monografia (Graduação em Ciência e Tecnologia) –
Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

1. Acessibilidade. 2. Edificações Urbanas - Barreiras. 3.
Idoso - Acessibilidade. I. Título.

RN/UFERSA/BCC

CDD: 720.42

Bibliotecário: Eugênio Pacelli Ferreira da Costa
CRB-15/658

ADRIANA DÁLIA MARIANO DE PAIVA

**PROPOSTA PARA A ACESSIBILIDADE NA ASSOCIAÇÃO
FILANTRÓPICA JORGE GURGEL FERNANDES DO AMARAL “LAR
DOS MESTRES DA VIDA”**

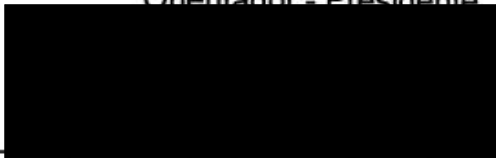
Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), como exigência final para obtenção do título de Bacharel em Ciência e Tecnologia.

APROVADO EM 03/02/2015

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Kleber Cavalcanti Cabral - UFERSA

Orientador - Presidente


Prof.^a Dr.^a Erica Natasche de Medeiros Gurgel Pinto - UFERSA

Primeiro Membro


Prof. Me. Luís Henrique Gonçalves Costa - UFERSA

Segundo Membro

“Mas a sabedoria que do alto vem é, primeiramente, pura, depois pacífica, moderada, tratável, cheia de misericórdia e de bons frutos, sem parcialidade e sem hipocrisia.”

(Tiago 3:17)

Dedico inteiramente à Aldi Mariano de Medeiros e a Maria Auxiliadora de Paiva Medeiros, por todo amor, carinho e educação consagrados em minha vida. Palavras não são suficientes para demonstrar o que sinto por vocês!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, pela existência da vida, pelas vezes que não me deixaste fraquejar, por seu amor incondicional, por toda força que me destes e por amparar-me diariamente nesta longa caminhada.

Aos meus pais, Aldi Mariano de Medeiros e Maria Auxiliadora de Paiva Medeiros, que se esforçaram durante todas suas vidas para me proporcionar o possível e o impossível diante de nossa realidade. Ensinarão-me perfeitamente o certo e o errado, nunca me deixaram de lado e me tornaram a cidadã digna que sou hoje. O que vocês merecem não cabe neste mundo, nem mesmo no universo, mas essa foi a forma que encontrei de senti-los orgulhosos, algo impossível de ser roubado ou penhorado. O amor que sinto por vocês não tem dimensão e devo honrá-los até o fim de minha vida!

Aos meus irmãos Adiel Mariano de Paiva, Adna Chirly Mariano de Paiva e Antônio Manoel Mariano de Paiva, que sempre estiveram do meu lado em todos os momentos de minha vida. Ensinarão-me que a vida não tem significado quando estamos sozinhos e que ter irmãos é como estar sempre acompanhado, seguro no que faz e terá sempre um ombro amigo. Se um irmão é uma dádiva de Deus, sou a pessoa mais feliz do mundo em ter três em minha vida. Estarei ao lado de vocês até o fim da vida, podem ter certeza. Amo muito todos vocês!

Aos meus avós Antônio Mariano, Maria Helena de Medeiros (*in memoriam*), Manoel Vicente de Paiva e Isaura Francisca de Paiva (*in memoriam*), que são a base da minha vida e passaram todo o ensinamento que tive através de várias gerações. Sou grata a todos vocês!

Aos Meus primos, por sempre estarem comigo nos bons e maus momentos da minha vida. Mostraram-me que não são apenas primos, mas amigos que nunca me decepcionaram. Agradeço primas, Meima, Miquele, Luana, Débora, Roberta, Fabiana, Alexsandra, Aílla, Toinha, Ilka, Giovanna, Anna e Bruna, e aos primos Bililton, Janúncio, Marciel, Allyson, Addyson, Fabiano, Vinícius, Mizael, Ariel, Alex, Micael, Joás, Michel, Pedro, Junior, Paulinho, Lucas, Felipe, Maélio, Marquinhos e João Vitor.

Aos meus amigos, que são minha fonte de alegria, não me deixaram sentir-se sozinha, incentivaram-me e me ajudaram nesta jornada. Por todas as noites mal dormidas de estudo, festinhas surpresas, confusões, todos os grupos de trabalho,

seminários e momentos juntos. Agradeço, Enedina, Paula, Fâmela, Natália, Monalisa, Monallisa, Amanda, Alice, Jorgen, Saulo, Giovanni, Maykin, Cleyson, Pedro, Alef, Herbert (Beto), Layon, Lucas (Paulista) e Lucas (Ceará).

Aos mestres, pela base do conhecimento e disponibilidade, pelo esforço da transposição e carinho. Sou grata por tudo que aprendi e devo tudo a vocês!

Ao meu orientador Kleber, por toda disponibilidade, paciência e capacidade de ensinamento que teve.

RESUMO

As associações filantrópicas, muitas vezes, deixam de oferecer lazer às pessoas da terceira idade que a frequentam por falta de acessibilidade no local que se encontram. Questões foram levantadas acerca dos idosos, habitantes da Associação Filantrópica Jorge Gurgel Fernandes do Amaral “Lar dos Mestres da Vida”, correrem riscos diários de acidentes motivados pela falta de acessibilidade e/ou acessibilidade inadequada no espaço em que vivem. Diante deste problema, houve um interesse em estudar o local e definir os principais pontos que impossibilitam os idosos de transitarem com segurança. Esta pesquisa de campo tem o objetivo de elaborar um estudo de caso na associação a fim de deixá-la dentro dos padrões da NBR-9050 (2004). Para isso, o ambiente foi analisado onde se apontou os principais focos da falta de acessibilidade e/ou acessibilidade inadequada. O estudo comprovou diversos erros de projeção no local que dificultam a transição das pessoas da terceira idade. Com o estudo, foram apresentadas as adaptações necessárias para tornar o ponto corretamente acessível.

Palavras – chave: Acessibilidade. Idosos. Associação.

ABSTRACT

Philanthropic organizations often fail to offer leisure to the elderly who attend for lack of accessibility in place they are in. Questions were raised about the elderly inhabitants of Philanthropic Association Jorge Gurgel Fernandes do Amaral "Home of the Masters of Life", run daily risks of accidents motivated by the lack of accessibility and / or inadequate accessibility in the space in which they live. Faced with this problem, there has been interest in studying the site and define the main points that prevent older people from moving safely. This field of research aims to develop a case study in the pool in order to leave it within the NBR- 9050 standards (2004). For this, the environment was analyzed where indicated the main focus of the lack of accessibility and/or inadequate accessibility. The study found several forecast errors on site that hinder the transition of the elderly. To the study, were presented the necessary adaptations to make the point properly accessible.

Keywords: Accessibility. Elderly. Association.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Calçada sem dimensões adequada e sinalização tátil.	25
Figura 2: Calçada com rebaixamento e largura adequados	25
Figura 3: Corredor de acesso às entradas da instituição.	26
Figura 4: Largura mínima para corredores	27
Figura 5: Sinalização incompleta nos extintores	28
Figura 6: Sinalização incompleta nos banheiros	28
Figura 7: Rampas sem sinalização tátil no piso	29
Figura 8: Sinalização tátil de acordo com a norma.....	29
Figura 9: Vaso sanitário com barras de apoio inadequadas	30
Figura 10: Barras de apoio na bacia sanitária	31
Figura 11: Lavatório sem barras de apoio e com maçaneta de giro.....	31
Figura 12: Barras de apoio na bacia sanitária	32
Figura 13: Chuveiro fora das condições acessíveis	32
Figura 14: Boxe de chuveiro corretamente acessível.....	33
Figura 15: Barras de apoio inadequado no chuveiro	34
Figura 16: Barras de apoio ao banco do boxe do chuveiro	35
Figura 17: Corrimão com diâmetro e distância inadequados	36
Figura 18: Corrimão de acesso à rampa com instalação em apenas um lado	36
Figura 19: Corrimão com diâmetro e espaço livre adequados	37
Figura 20: Prolongamento do corrimão	37
Figura 21: Altura do corrimão	38
Figura 22: Porta de acesso à entrada com maçaneta de giro e sem revestimento inferior	38
Figura 23: Porta com revestimento e puxador do tipo alavanca.....	39

Figura 24: Piso com revestimento liso e sem aderência40

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	14
2 - OBJETIVOS.....	16
2.1 - OBJETIVO GERAL	16
2.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
3 - REFERENCIAL TEÓRICO	17
3.1 - CONSIDERAÇÕES SOBRE IDOSOS	17
3.2 - CONSIDERAÇÕES SOBRE ASSOCIAÇÕES FILANTRÓPICAS.....	19
3.3 - CONSIDERAÇÕES SOBRE ACESSIBILIDADE.....	20
4 - METODOLOGIA	23
5 - RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	24
5.1 - PROBLEMAS DE ACESSIBILIDADE ENCONTRADOS NO LOCAL	24
5.1.1 - Calçada	24
5.1.2 - Circulação	26
5.1.3 - Sinalizações	27
5.1.4 - Banheiros	30
5.1.5 - Corrimãos.....	35
5.1.6 - Portas	38
5.1.7 - Piso	39
6 - CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS.....	42

1 - INTRODUÇÃO

A inclusão social é um caso que necessita ser muito debatido no mundo. Uma das formas para vencer esta barreira é através da acessibilidade, que proporciona uma vida digna e sem restrições para deficientes, ou seja, “pessoas com redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade [...]” (NBR 9050, 2004).

A necessidade de proporcionar uma vida igualitária entre portadores de necessidades especiais (sendo eles deficientes físicos, mentais, crianças e idosos) faz com que órgãos públicos ou privados estejam corretamente acessíveis para garantir que os mesmos tenham direito a saúde, educação, lazer e trabalho com garantia, qualidade e devidamente adaptado.

Segundo a Cartilha do censo 2010, os direitos da pessoa com deficiência podem ser acionados com base no direito fundamental do ser humano e também nas características próprias desse segmento populacional. O paradigma da deficiência, no entanto, reforça a proteção de direitos das pessoas que já são contempladas e a estende aos grupos ainda não protegidos.

Embora as condições e o estilo de vida que contribuem para o envelhecimento sejam distintos entre as pessoas, a situação sócio-econômica da maioria da população brasileira que envelhece é precária. Não oferecendo meios para atender satisfatoriamente suas necessidades. O Estado e a sociedade, apesar dos dispositivos legais, não dispõem dos meios adequados para garantir a inserção social do idoso por meio de políticas sociais e prover o mínimo necessário para sua subsistência. (PEREIRA *apud* DALOZZO, 2003).

Portanto, a população da terceira idade tem prioridade em ser cuidado por seus familiares, segundo a Política Nacional do Idoso, mas, por diversos motivos, há casos em que os mesmos não possuem alternativa para habitação a não ser instituições filantrópicas, que oferecem cuidados que não são obtidos em suas residências.

As entidades filantrópicas são sociedades sem fins lucrativos (associações ou fundações), criadas com o propósito de produzir o bem (JUSTIÇA, 2011).

Para ser reconhecida como filantrópica pelos órgãos públicos, a entidade precisa comprovar ter desenvolvido, pelo período de três anos, no mínimo,

atividades em prol da população carente, sem distribuir lucros e sem remunerar seus dirigentes (JUSTIÇA, 2011).

Porém, estes espaços de assistência, muitas vezes, não possuem condições adequadas, em relação à acessibilidade, para proporcionar melhores serviços a serem prestados a estes idosos. Logo, é inviável atender suas necessidades, principalmente quando o local apresenta algum tipo de risco aos destinados.

No entanto, será feito um estudo no local para identificar as condições em que se encontra a acessibilidade da Associação Filantrópica Jorge Gurgel Fernandes do Amaral “Lar dos mestres da vida” na cidade de Caraúbas-RN, onde pessoas da terceira idade frequentam com o intuito de estimular o convívio entre o grupo e proporcionar maior lazer em suas vidas. Portanto, será mostrado se este ambiente está, ou não, apto a receber estes idosos.

2 - OBJETIVOS

2.1 - OBJETIVO GERAL

Elaboração do estudo de caso da Associação Filantrópica Jorge Gurgel Fernandes do Amaral “Lar dos Mestres da Vida” a fim de deixá-la dentro dos padrões da NBR 9050 (2004).

2.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Levantamento *in loco* dos ambientes existentes da Associação Jorge Gurgel Fernandes do Amaral “Lar dos Mestres da Vida”;
- Elaboração dos problemas apresentados acerca da acessibilidade;
- Apresentar as correções de acordo com a NBR-9050 (2004).

3 - REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - CONSIDERAÇÕES SOBRE IDOSOS

Uma das maiores conquistas culturais de um povo em seu processo de humanização é o envelhecimento de sua população, refletindo uma melhoria das condições de vida. De acordo com projeções das Nações Unidas (Fundo de Populações) “uma em cada 9 pessoas no mundo tem 60 anos ou mais, e estima-se um crescimento para 1 em cada 5 por volta de 2050”. (...) Em 2050 pela primeira vez haverá mais idosos que crianças menores de 15 anos. Em 2012, 810 milhões de pessoas têm 60 anos ou mais, constituindo 11,5% da população global. Projeta-se que esse número alcance 1 bilhão em menos de dez anos e mais que duplique em 2050, alcançando 2 bilhões de pessoas ou 22% da população global”. (HUMANOS, 2012)

Muitas variáveis precisam ser consideradas quando analisamos o fenômeno do envelhecimento populacional, entre elas, as taxas de fecundidade, as taxas de mortalidade, a migração, e também outras, mais subjetivas, de difícil mensuração, como as políticas públicas, o modo de vida, a cultura, as mudanças de pensamento e de comportamento. As diferenças encontradas entre estas variáveis é que fazem com que o processo do envelhecimento aconteça de forma diferente entre os países, dentro de um mesmo país e, até mesmo, entre locais e regiões. (PELOSO, COSTA; 2006)

A transformação da estrutura etária do País de uma composição jovem para envelhecida, reflete os efeitos da redução da taxa de fecundidade, iniciada em meados da década de 1960, e da queda da mortalidade. Ademais, as estruturas etárias regionais retratam não só os efeitos diferenciados da redução da fecundidade e da mortalidade, como, também, de distintos fluxos migratórios. (IBGE, 2004)

O envelhecimento social é a dimensão construída pela sociedade. Nas sociedades antigas, em geral, ser velho conferia uma posição dignificante e todos que atingiam essa etapa eram acatados como sábios. Nas sociedades contemporâneas, na sua maioria, ser velho significa estar excluído de vários lugares sociais. Um desses lugares é aquele relativo ao mundo do trabalho. A velhice está

diretamente relacionada ao alojamento do mundo produtivo nas sociedades capitalistas contemporâneas, onde os aspectos negativos de improdutividade, decadência, devido à valorização da força de produção, criam barreiras para a participação do velho em diversas dimensões da vida social. A inadaptação do idoso aos padrões ideais estabelecidos pela sociedade, como a perda do papel profissional com a aposentadoria e a perda do papel na família como chefe de família e provedor, conduz ao isolamento, aonde o idoso vai diminuindo seus contatos com o mundo em que vive, surgindo sentimentos de inutilidade e solidão, levando à depressão e muitas vezes à morte. (MERCADANTE, 1997)

Segundo Debert (1999), a preocupação em descrever o modo pelo qual a velhice é transformada em um problema que preocupa a sociedade vai se constituindo em um campo de saber especializado. Um campo com “experts” encarregados de definir não apenas quais são as necessidades dos idosos ou os problemas que enfrentam, mas também encarregados da formação de outros especialistas para atender a essas necessidades. (YAMAMOTO, 2010)

Esta conjuntura provoca a necessidade de definir novos espaços nas diversas estruturas sociais para as pessoas idosas e reforça o debate sobre as atribuições do Estado. Assim, o turismo e o lazer são medidas que contribuem para assegurar a integração social dos idosos que representam cada dia mais uma força econômica. (BALSAN, 2007)

A Política Nacional do Idoso (Lei 8842/1994) tem como objetivo assegurar ao idoso seus direitos sociais, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Reconhece a questão da velhice como prioritária no contexto das políticas sociais e propõe criar condições para promover a longevidade com qualidade de vida, colocando em prática ações voltadas não apenas para os que estão velhos, mas também para aqueles que vão envelhecer (RIO DE JANEIRO, 2010).

Todas as mudanças, que ocorrem com o envelhecimento, seja física, psicológica, econômica ou mesmo quanto sua valorização perante a sociedade, têm como consequências diversas necessidades que influenciam sua interação com o ambiente e com outras pessoas. As necessidades espaciais, portanto, são aquelas que podem ser supridas a partir de ambientes adequados, que considere as limitações e as capacidades dos usuários [...]. (DORNELES *et al*, 2006)

Ao suprir as necessidades dos idosos, um bom projeto de ambientes e equipamentos facilita a realização de atividades com independência. (DORNELES, et al, 2006)

3.2 - CONSIDERAÇÕES SOBRE ASSOCIAÇÕES FILANTRÓPICAS

Desde o século XVIII, a filantropia e a assistência social associavam-se intimamente às práticas de caridade no Brasil. Dependiam de iniciativas voluntárias e isoladas de auxílio aos pobres e desvalidos da “sorte”. Estas iniciativas partiam das instituições religiosas que, sob o prisma da herança moral cristã, dispensavam seus cuidados, oferecendo abrigos, roupas e alimentos, em especial às crianças abandonadas, aos velhos e doentes em geral. É mais do que reconhecido o papel de organizações como as Santas Casas de Misericórdia no país como também atividades desenvolvidas por várias ordens religiosas. (ESCORSIM, 2008)

Entretanto, para se chegar a essa afirmação, deve-se levar em conta o processo histórico e universal da filantropia como amor à humanidade. Originariamente, a entidade beneficente surgiu da prática da filantropia, como caridade, em seu sentido universal. A entidade beneficente, então, passa a ser designada como entidade filantrópica, ou seja, aquela que pratica a filantropia. (MONELLO, 2007)

A caridade nos séculos passados difere do modelo atual em diversos aspectos. Um dos mais notáveis diz respeito à preocupação catequizadora dos voluntários. Benefícios concedidos pelo Estado às entidades beneméritas costumavam ser uma ação direta do monarca ou do presidente. Só no Estado Novo, com o presidente Getúlio Vargas, a relação do governo com a assistência social foi formalizada com a criação, em 1938, do Conselho Nacional do Serviço Social. Foi o primeiro espaço institucional dentro do governo na esfera do amparo social. Há mais de um século a assistência é vista como uma forma de ajuda aos que precisam. Atualmente já existe um enfoque mais refinado e politicamente mais correto. Entende-se a filantropia como a defesa dos direitos dos assistidos. Trata-se de assegurar o acesso de todos os brasileiros à educação, alimentação e saúde. (VEJA, 2001)

O financiamento estatal para as entidades consideradas de assistência social, através da isenção da contribuição a seguridade social, não se pauta no mérito de suas execuções, tão pouco na qualidade e na real aplicação aos seus destinatários, ou seja, são campos “nebulosos” para a fiscalização e controle social (através dos conselhos de direitos estaduais e municipais, como também dos fóruns populares) e efetivação de políticas públicas, uma vez que a legislação pauta como requisitos à obtenção das isenções, tão somente, um volume de documentos que obedeçam a critérios normatizadores jurídicos e contábeis oriundos dos diversos órgãos e autarquias públicas responsáveis por suas emissões. (ESCORSIM, 2008)

3.3 - CONSIDERAÇÕES SOBRE ACESSIBILIDADE

O termo "acessibilidade" começou a ser utilizado recentemente. Historicamente, a origem do uso desse termo para designar a condição de acesso das pessoas com deficiência está no surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional, no final da década de 40. (SASSAKI, 2011)

As primeiras discussões sobre o tema foram suscitadas nos Estados Unidos, em meados de 1973, com a criação da Lei de Reabilitação. Essa lei deu início as adaptações em escolas e locais de trabalho. Toda essa motivação teve raízes históricas. Com o advento da Segunda Guerra Mundial e final da Guerra do Vietnã, muitos soldados que voltavam como heróis de guerra, estavam mutilados ou com outras sequelas físicas e necessitavam de um ambiente que os recebesse de forma adequada para o processo de re-inclusão social. (FROTA, 2010)

Gradualmente, o panorama foi mudado. 1981 foi um marco significativo: a ONU – Organizações das Nações Unidas decretou que esse era o Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência (AIPPD). Parece que um farol se acendeu: a sociedade se deu conta que havia pessoas com deficiência e eram muitas. A visibilidade recém adquirida, com respaldo da ONU, estimulou a mudança de atitudes: organizações DE pessoas com deficiência foram criadas; o tema foi matéria de jornais, televisões e rádios; direitos foram conquistados; as pessoas com deficiência puderam fazer soar sua voz e expressar desejos e vontades. Ou seja, começaram a sair da atitude de imobilismo e perplexidade que o cartum mostra. (GIL, 2006)

Ter condições de acesso aos lugares é indispensável para ter acesso a maioria dos bens, dos serviços e das relações sociais, tais como habitação, trabalho, educação, cultura, etc. O deslocamento de pessoas portadores de necessidades físicas constitui num direito universal, entretanto, o acesso das pessoas deficientes aos lugares, independente do sexo e da idade, só possível graças as mudanças e adaptações nos espaços. Observa-se que, no âmbito da arquitetura e urbanismo, a acessibilidade tem sido amplamente discutida, uma preocupação notória nas últimas décadas. Atualmente, estão em processo obras de adequação do mobiliário urbana e dos edifícios as necessidades de inclusão da população deficiente. Neste contexto, a acessibilidade alcança uma dimensão significativa, pois ultrapassa as questões legais do direito de ir e vir, relacionada com a qualidade de vida que o indivíduo deficiente possa a vir a ter. (FERREIRA, 2012)

Mais do que um direito à cidadania, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Esses bens e serviços constituem um encargo social, através das instâncias do governo, e são devido a todos. Sem isso, não se dirá que existe o cidadão. (...) A acessibilidade compulsória aos bens e serviços sociais seria [deveria ser] uma parte obrigatória dos diversos projetos nacionais. (SANTOS, 1998)

Passadas pouco mais de duas décadas desde o início efetivo das ações em prol da acessibilidade no Brasil, já se pode observar um quadro bastante evoluído. Tem-se hoje uma das legislações mais amplas do mundo, no que tange a igualdade de direitos e deveres dos cidadãos (SILVA, 2002).

A Lei Federal brasileira mais recente de promoção da acessibilidade é a de nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº. 5296 de 02 de dezembro de 2004. No artigo 10 deste decreto, diz-se que “a concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do Desenho Universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras contidas neste Decreto” (BRASIL, 2004).

Foram promulgadas, em 2000, duas leis específicas (nº 10.048 e nº 10.098) que aborda a acessibilidade espacial das pessoas com deficiência, com o propósito de extinguir barreiras de atitude e arquitetônicas que impossibilitam ou retardam a inclusão social (BRASIL, 2004).

A Lei nº 10.098, define acessibilidade sendo a possibilidade e condição de alcance para a utilização com segurança e autonomia dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes, dos sistemas e meios de comunicação por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004).

Regulamentada pelo o Decreto nº. 5296, de 02 de dezembro de 2004, a lei nº 10.098 consolida um prazo de 30 dias para que todos os edifícios públicos estejam nas condições de acessibilidade espacial, começando a contar do dia de sua publicação. No artigo 10 deste decreto, diz-se que “a concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do Desenho Universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras contidas no Decreto” (BRASIL, 2004).

Os tipos de deficiência variam com relação às idades das pessoas. Em 2010, a deficiência, de todos os tipos, teve maior incidência na população de 65 ou mais anos, mostrando o processo de envelhecimento e a consequente perda de funcionalidades (BRASIL, 2010).

Os Gregos, com seu profundo culto ao corpo perfeito e seu espírito altamente competitivo, defendiam a tese da "morte lenta" para os inválidos e idosos, pois entendiam que estas pessoas não tinham mais qualquer utilidade no meio social (FELTRIN, 1990).

O Estatuto do Idoso (artigo 71 e seus parágrafos) e a Lei Processual Civil (artigos 1.211 – A, 1.211 – B 3 1.211 – C) garantem à pessoa idosa a “prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância” (RIO DE JANEIRO, 2010).

4 - METODOLOGIA

A metodologia é a lógica dos procedimentos científicos em sua gênese e em seu desenvolvimento, não se reduz portanto a uma metrologia ou tecnologia da medida dos fatos científicos. Para ser fiel a suas promessas, uma metodologia deve abordar as ciências sob o ângulo do produto delas – como resultado em forma de conhecimento científico – mas também como processo – como gênese desse próprio conhecimento (BRUYNE, 1997, p. 29).

Pesquisa é um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que têm por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando se tem um problema e não se tem informações para solucioná-lo (MORESI, 2003).

Pesquisa de campo é a investigação empírica que se realiza no local onde existe um fenômeno ou que dispõe de elementos que se deseja explicar. Incluem entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não (MORESI, 2003).

Foi realizada uma pesquisa de campo (*in situ*) no período de novembro de 2014 a janeiro de 2015 na Associação Filantrópica Jorge Gurgel Fernandes do Amaral “Lar dos Mestres da Vida”, onde foram coletados os dados e averiguados se a mesma está, ou não, dentro dos padrões da NBR 9050 (2004).

A bibliografia utilizada foi adquirida através de cartilhas, livros, monografias, dissertações, teses, artigos acadêmicos, leis e decretos federais, manuais de acessibilidade. Todas relacionadas ao tema e retificadas pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

Como assuntos específicos foram utilizados algumas considerações sobre idosos (a busca de uma definição), associações filantrópicas (como surgiram e como arrecadam fundos) e acessibilidade (como surgiu, sua importância e leis que a regem).

Com uma trena, foi realizada a medição da associação e verificado os principais pontos de inacessibilidade, logo após foram apresentadas as devidas correções para tornar o espaço acessível. Com isto, será feita uma comparação ao que se foi visto com o padrão da norma a ser seguida.

5 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Associação Filantrópica Jorge Gurgel Fernandes do Amaral “Lar dos Mestres da Vida” em vistoria do Ministério Público do Rio Grande do Norte apresentou algumas irregularidades em relação à acessibilidade. Perante o ocorrido, um estudo aprofundado no espaço foi executado para apresentar seus principais problemas que oferecem risco aos idosos, frequentadores deste lar, circularem com segurança. Decorrentes dos fatos serão apresentadas as possíveis correções para adaptar o espaço corretamente e deixá-lo dentro do padrão da NBR-9050 (2004).

5.1 - PROBLEMAS DE ACESSIBILIDADE ENCONTRADOS NO LOCAL

5.1.1 - Calçada

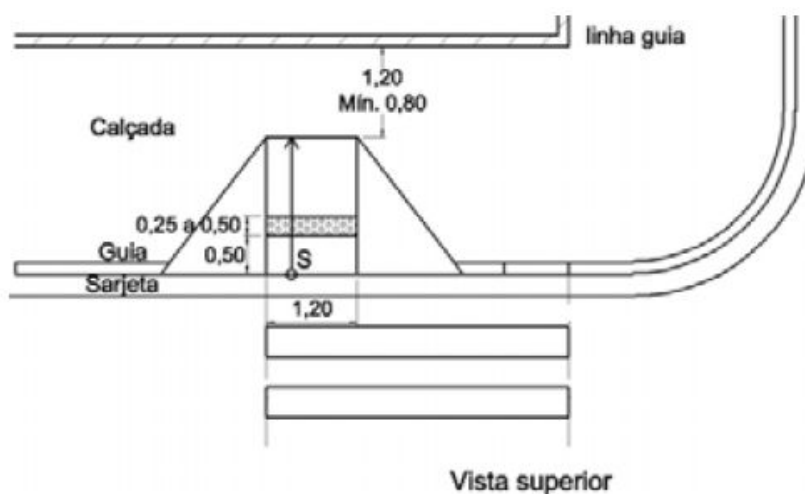
A calçada apresenta rebaixamento, porém não estão dentro das condições favoráveis estabelecidos pela norma, por conter largura de 1,50m. Também não possuem sinalização tátil no piso, indicadas na figura 1.

Figura 1: Calçada sem dimensões adequada e sinalização tátil.



A mesma deve possuir rebaixamento próximo de travessias de pedestres, com ou sem faixa ou semáforo, onde existir concentração de pedestres. A faixa de passeio deve ser respeitada na existência do rebaixamento de, no mínimo, 0,80m, sendo recomendáveis 1,20m, como mostra a figura 14.

Figura 2: Calçada com rebaixamento e largura adequados



Fonte: NBR-9050 (2004)

5.1.2 - Circulação

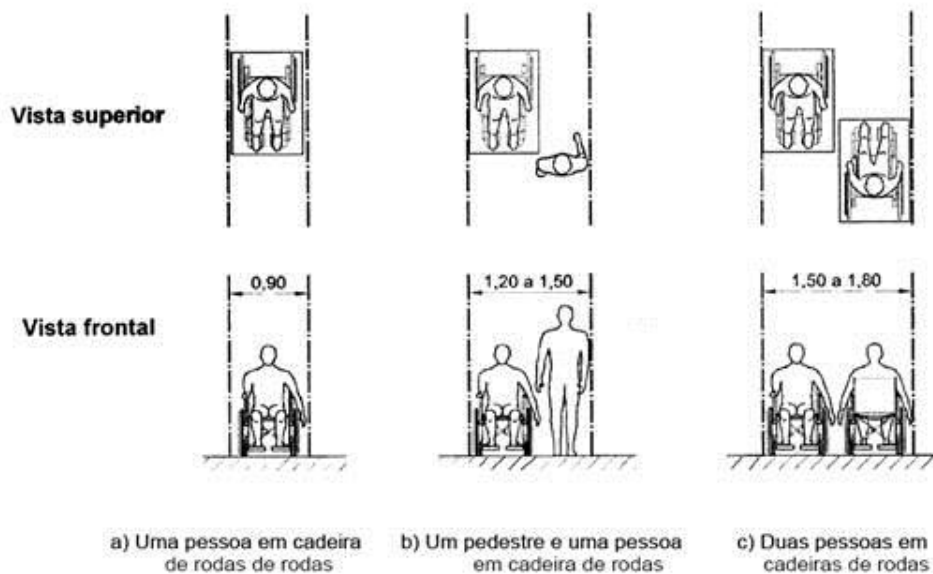
A área de circulação, apresentada na figura 2, possui a largura de 1,25m, que não é adequada em relação a seu comprimento de 24,48m e não contém sinalização tátil no piso.

Figura 3: Corredor de acesso às entradas da instituição.



De acordo com a NBR-9050 (2004), corredores com extensão superiores a 10m de comprimento devem obter uma largura mínima de 1,50m além de ser isento de qualquer tipo de obstáculo, conforme a figura 15.

Figura 4: Largura mínima para corredores



Fonte: NBR-9050 (2004)

5.1.3 - Sinalizações

A associação possui duas sinalizações visuais em figuras e nenhuma sinalização tátil no piso, mostradas nas figuras 3, 4 e 5. Os extintores não possuem sinalização no piso, que proíbe a existência de objetos no local. O piso em geral não apresenta qualquer tipo de sinalização tátil.

Figura 5: Sinalização incompleta nos extintores



Figura 6: Sinalização incompleta nos banheiros

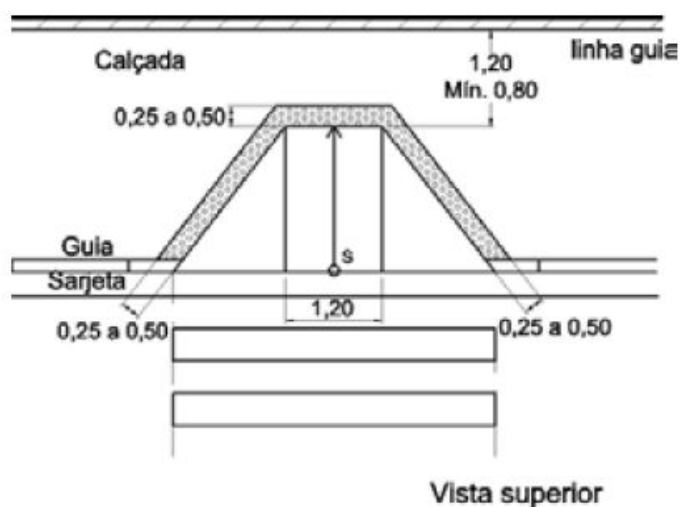


Figura 7: Rampas sem sinalização tátil no piso



A sinalização tátil, de alerta ou direcional, devem ser de cor contrastante com a do piso, sendo utilizadas em rebaixamentos de calçadas, início e término de rampas, com largura entre 0,25m a 0,60m (figura 16).

Figura 8: Sinalização tátil de acordo com a norma.



Fonte: NBR-9050 (2004)

5.1.4 - Banheiros

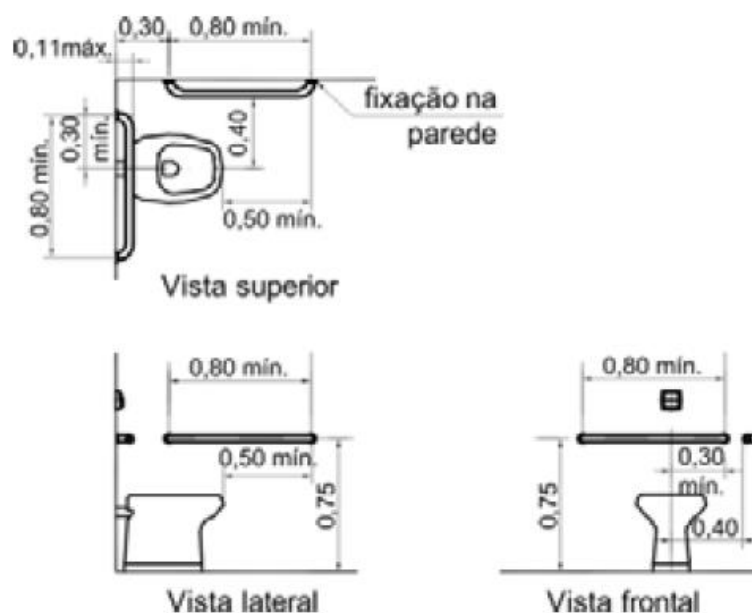
Os banheiros encontram-se inadequados a pessoas idosas e portadoras de necessidades especiais. Próximo à bacia sanitária, apresenta-se apenas a barra horizontal na lateral, fora dos padrões da norma, e não possui a do fundo da caixa, como mostra na figura 6.

Figura 9: Vaso sanitário com barras de apoio inadequadas



Próximo à bacia sanitária, devem ser instaladas duas barras horizontais, na lateral e no fundo, cujos comprimentos mínimos de altura do piso são de 0,75m. Para a distância entre o eixo da bacia e a face da barra lateral, o comprimento é de 0,40m e estando a uma proximidade de 0,11m da sua face externa à parede e estender-se no mínimo 0,30m em direção à parede lateral, indicado na figura 17.

Figura 10: Barras de apoio na bacia sanitária



Fonte: NBR-9050 (2004)

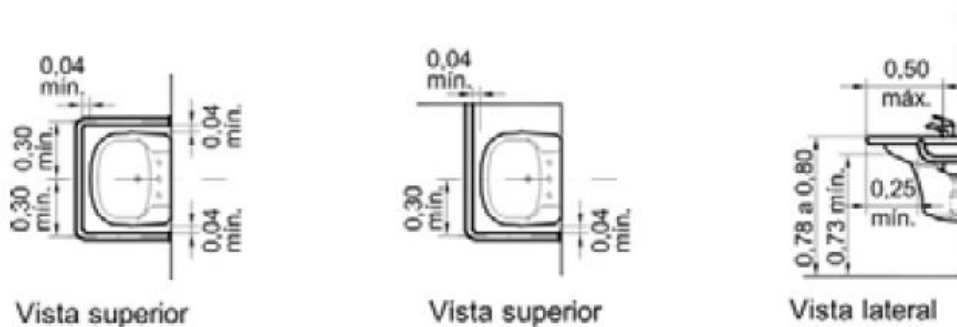
O lavatório não possui as barras de apoio em sua borda superior, além de ser do tipo coluna, que não é adequado. A torneira é acionada por maçaneta de giro, o que também dificulta o manuseio (figura 7).

Figura 11: Lavatório sem barras de apoio e com maçaneta de giro



Nos lavatórios, a borda superior deve conter barra de apoio a uma altura de 0,78m a 0,80m e deve respeitar uma altura mínima de 0,73m em sua parte inferior frontal. O sifão e a tubulação devem estar colocados a uma distância mínima de 0,25m da face externa, além de sua torneira ser acionada com facilidade (figura 18).

Figura 12: Barras de apoio na bacia sanitária



Fonte: NBR-9050 (2004)

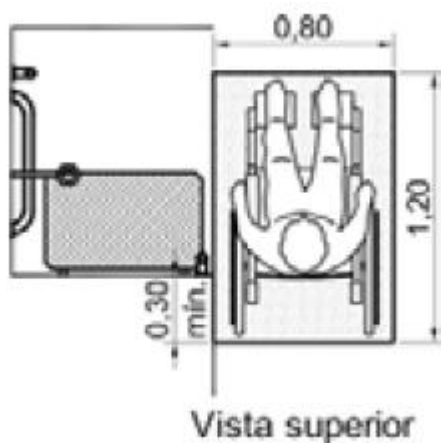
Os boxes para chuveiros não contém o banco de apoio nem a área de transferência externa ao boxe, indicados na figura 8.

Figura 13: Chuveiro fora das condições acessíveis



Estes devem conter área de transferência externa ao boxe, que permita uma aproximação paralela, tendo que medir, no mínimo, 0,30cm além da parede que fixa o banco, conforme a figura 19.

Figura 14: Boxe de chuveiro corretamente acessível



Fonte: NBR-9050 (2004)

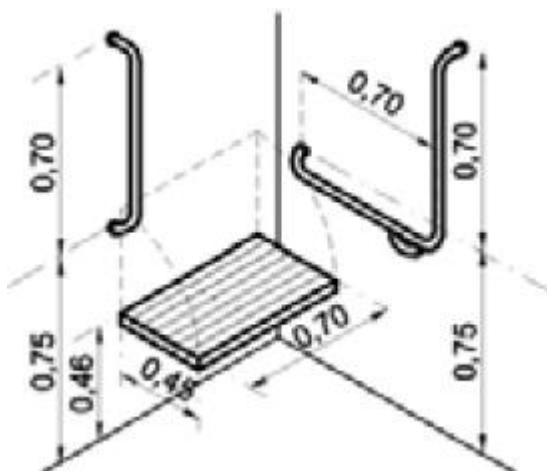
A barra de apoio encontrada não corresponde com o padrão estabelecido pela norma. O boxe contém apenas uma barra horizontal, que se estende por um comprimento irregular, como indica a figura 9.

Figura 15: Barras de apoio inadequado no chuveiro



Na parede que o banco encontra-se fixado, deve conter uma barra vertical com altura de 0,75m do piso e comprimento mínimo de 0,70m, a uma distância de 0,85m da parede lateral ao banco. Na parede lateral do banco deve ser atribuída uma barra em “L” com comprimento mínimo de segmentos das barras de 0,70m, a uma altura de 0,75m do piso no segmento horizontal e a uma distância de 0,45m da borda frontal do banco no segmento vertical, de acordo com a figura 20.

Figura 16: Barras de apoio ao banco do boxe do chuveiro



Fonte: NBR-9050 (2004)

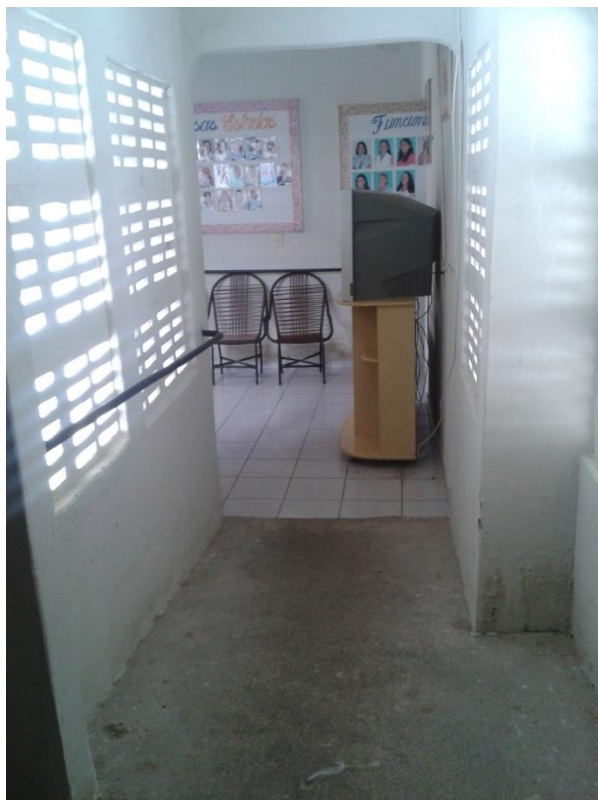
5.1.5 - Corrimãos

A instituição possui corrimãos em suas rampas e áreas de circulação, mostrados nas figuras 10 e 11, todos inadequados com diâmetro de 2,0cm e distância em relação à parede de 9,0cm, além de serem instalados em apenas um lado da rampa.

Figura 17: Corrimão com diâmetro e distância inadequados

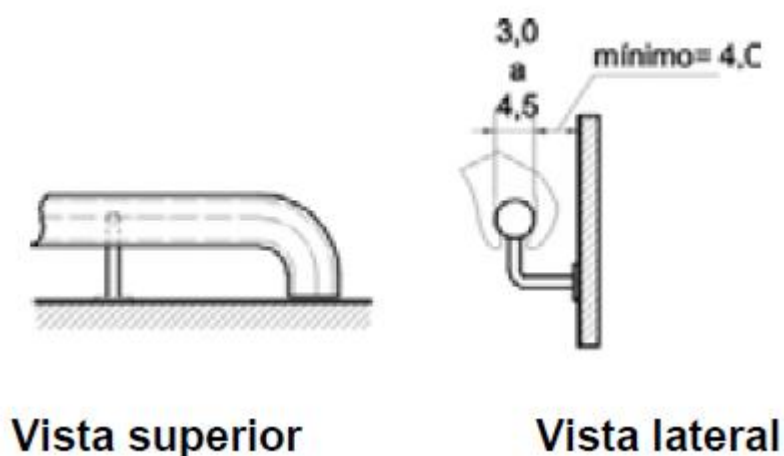


Figura 18: Corrimão de acesso à rampa com instalação em apenas um lado



Os corrimãos devem ser instalados em ambos os lados das rampas de acesso e possuir diâmetro entre 3,0cm e 4,5cm, deixando um espaço livre entre a parede de, no mínimo, 4,0cm além de possuir boa empunhadura e deslizamento (figura 21).

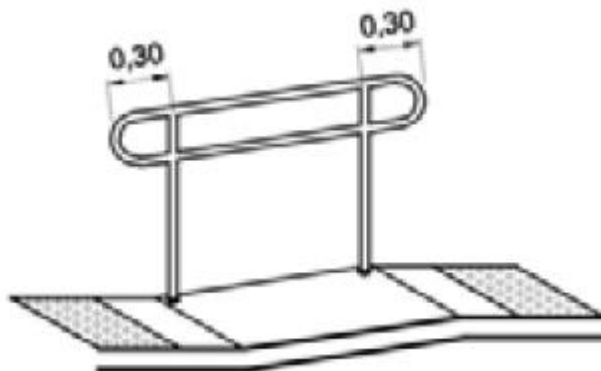
Figura 19: Corrimão com diâmetro e espaço livre adequados



Fonte: NBR-9050 (2004)

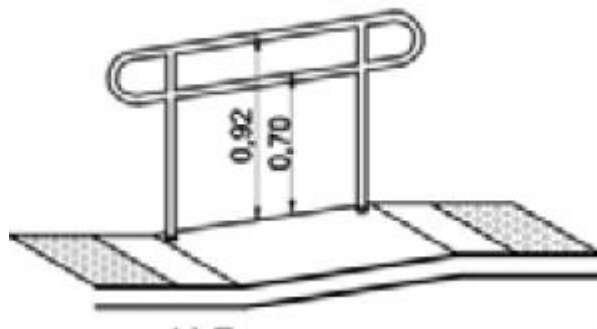
Os corrimãos laterais devem prolongar-se, no mínimo, 30cm antes do início e após o término da rampa e sua altura deve estar instalado a duas alturas, como mostra as figuras 22 e 23.

Figura 20: Prolongamento do corrimão



Fonte: NBR-9050 (2004)

Figura 21: Altura do corrimão



Fonte: NBR-9050 (2004)

5.1.6 - Portas

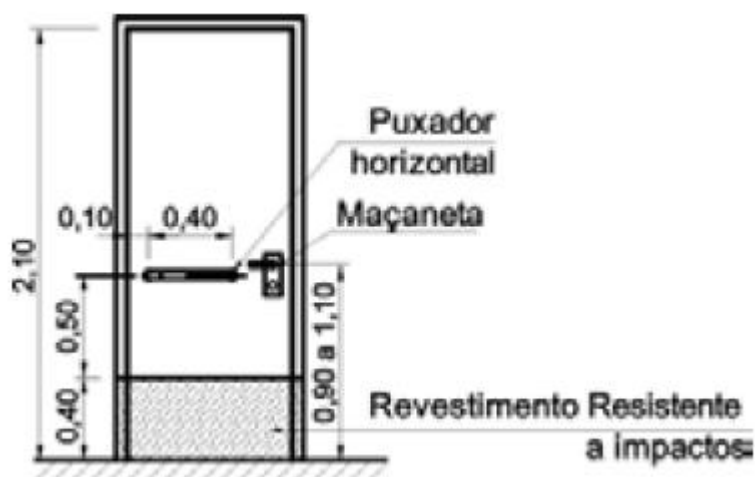
Todas as portas de acesso, exceto as dos banheiros, possuem a mesma largura de 0,80m, que satisfaz o padrão da norma, porém as maçanetas utilizadas são do tipo de giro (figura 12) e não possuem o revestimento para impactos em sua parte inferior.

Figura 22: Porta de acesso à entrada com maçaneta de giro e sem revestimento inferior



As portas devem oferecer a condição de ser aberta com apenas um movimento, para isso, deve-se usar maçanetas do tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,90m e 1,10m. Recomenda-se também que tenha em sua parte inferior um revestimento resistente a impactos causados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40m do piso, como indica na figura 24.

Figura 23: Porta com revestimento e puxador do tipo alavanca

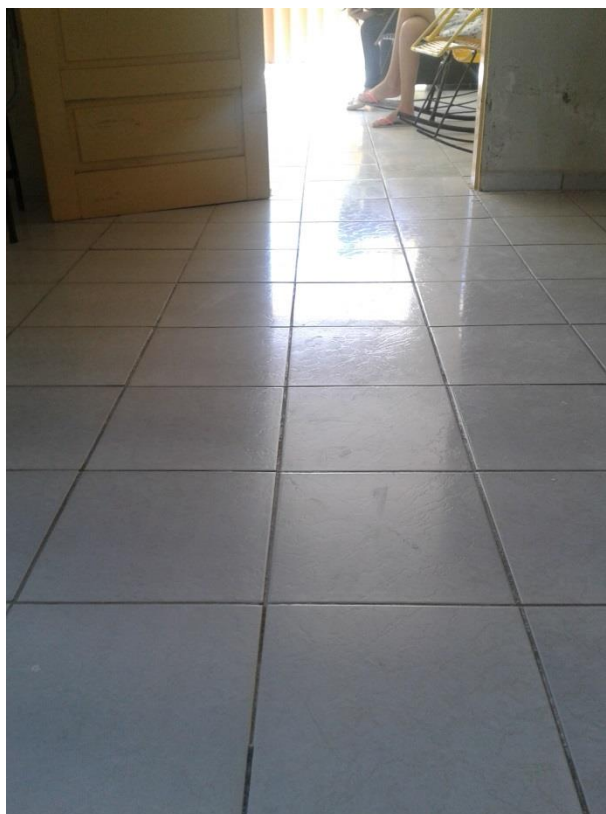


Fonte: NBR-9050 (2004)

5.1.7 - Piso

O piso da associação encontra-se fora dos parâmetros acessíveis, devido ser muito liso e derrapante (figura 13).

Figura 24: Piso com revestimento liso e sem aderência



Os pisos devem possuir superfície regular (sem desníveis), firme, estável e antiderrapante. Recomenda-se evitar a utilização de efeitos chamativos em sua superfície, devido causar sensação de insegurança.

6 - CONCLUSÃO

De acordo com a análise na Associação Filantrópica Jorge Gurgel Fernandes do Amaral “Lar dos Mestres da Vida” no decorrer do estudo, foi comprovado que a mesma encontra-se fora dos parâmetros acessíveis atribuídos pela NBR-9050 (2004).

A falta de acessibilidade prejudica os idosos de transitarem com segurança, além de oferecer risco de quedas, pancadas entre outras fraturas de diversos níveis de gravidade.

Os principais pontos que requerem adaptação são a caçada, circulação, sinalização, banheiros, corrimãos e portas.

O local deve seguir os parâmetros de adaptação mencionados acima com urgência, pelo fato de estar deixando de oferecer o melhor do lazer aos idosos, que merecem um lugar mais seguro para habitação.

Com isto, o local ficará mais seguro e oferecerá o que os “Mestres da Vida” verdadeiramente merecem que é desfrutar o melhor de suas vidas e não medir esforços para serem felizes. Afinal, nada mais justo que proporcionar um local ideal para quem tanto já viveu. A terceira idade deve ser reconhecida, pelo Brasil e mundo, como a melhor idade a ser vivida.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**: NBR 9050. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BALSAN, Rosane. **Mobilidade espacial dos grupos de idosos de rio claro-sp em relação as atividades de lazer e turismo**. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/robalsan.htm>> Acesso em: 22 dez. 2014.

BRASIL. **Cartilha do Censo 2010**: Pessoas com Deficiência. 1^a Edição. Brasília. 2010.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 03 de dezembro de 2004.

BRUYNE, Paul de, et al. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

DALOZZO, E.; BENTE, R. H. **Acessibilidade Para Idosos Em Instituições De Longa Permanência**: Arquitetura E Humanização. Disponível em: <http://fio.edu.br/cic/anais/2009_viii_cic/Artigos/03/03.02.pdf> Acesso em: 10 dez. 2014.

DORNELES, Vanessa Goulart et al. **A inserção do idoso no espaço público urbano**. Disponível em: <http://www.academia.edu/842418/A_INSERT%C3%87%C3%83O_DO_IDOSO_NO_ESPA%C3%87O_P%C3%9ABLICO_URBANO> Acesso em: 22 dez. 2014.

ESCORSIM, Silvana Maria. **A filantropia no Brasil**: entre a caridade e a política de assistência social. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/086/86escorsim.htm>> Acesso em: 23 dez. 2014.

ESTATÍSTICA, Instituto Brasileiro de Geografia e. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios – PNAD2004**: Composição e mobilidade populacional. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/mtexto/pnadcoment1.htm>> Acesso em: 22 dez. 2014.

FELTRIN, Beatriz Cecília Dias; LIZARAU, Elizabeth Pinto. **Deficiência Física**: desafios para o resgate da cidadania. Santa Maria: [s. ed.], 1990.

FERREIRA, Fernanda. **Acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.** Disponível em:
<<http://trabbiologia2d.blogspot.com.br/2012/03/acesibilidade-aos-portadores-de.html>> Acesso em: 13 jan. 2015.

FROTA, Thaís. **Quando e onde começaram a falar em Acessibilidade?** Disponível em:
<http://www.vidamaislivre.com.br/colunas/post.php?id=479&/quando_e_onde_comecaram_a_falar_em_acessibilidade> Acesso em: 10 jan. 2015.

GIL, Marta. **Acessibilidade, Inclusão Social e Desenho Universal:** Tudo a ver. Disponível em: < <http://www.bengalalegal.com/martagil>> Acesso em: 11 jan. 2015.

HUMANOS, Secretaria Nacional de Promoção Defesa dos Direitos. **Dados sobre o envelhecimento no Brasil.** Disponível em:
<<http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/dados-estatisticos/DadosobreoenvelhecimentonoBrasil.pdf>> Acesso em: 22 dez. 2014.

JUSTIÇA, Tribunal Superior de. **As organizações não governamentais, segundo a jurisprudência do STJ.** Disponível em:
<http://stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=104136> Acesso em: 26 nov. 2014.

MENEZES, Adna Lúcia Rodrigues de. **Projeto de Acessibilidade da Escola Municipal Jardim de Infância Hugolino D'oliveira.** 2013. 56 f. Monografia (Graduação em Ciência e Tecnologia) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Caraúbas, 2013.

MERCADANTE, E. **Velhice:** a identidade estigmatizada. (Tese de doutorado) PUC-SP. 1997.

MONELLO, Sergio Roberto. **Filantropia e assistência social:** Entendendo a classificação das entidades beneficentes. Disponível em:
<<http://www.sinprorp.org.br/jornais/filantropia097.htm>>. Acesso em 23 dez. 2014.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da pesquisa.** 2003. 108f. Pró-Reitoria De Pós-Graduação (Prpg Pprograma De Pós-Graduação Stricto Sensu Em Gestão Do Conhecimento E Tecnologia Da Informação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2003.

PELOSO, L. A.; COSTA, S. M. F. **Caracterização do processo de envelhecimento da população e o município de São José dos Campos.** In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP; 2006 Set; Caxambú (MG).21p.

RIO DE JANEIRO, **Cartilha do Idoso: Acessibilidade e Atendimento Prioritário à Pessoa Idosa**. UERJ. 2010. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.crde-unati.uerj.br/cpe/cartilha1.pdf>>. Acesso em 15 de outubro de 2014.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo, Hucitec, 1988.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Conceito de acessibilidade**. Disponível em: <<http://www.escoladegente.org.br/noticiaDestaque.php?id=459>>. Acesso em 10 jan. 2015.

SILVA, Carla Mabel M. de Albuquerque e. **Proposta de Acessibilidade na Escola Municipal Jonas Gurgel**. 2013. 53 f. Monografia (Graduação em Ciência e Tecnologia) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Caraúbas, 2013.

SILVA, Idari Alves da. **Construindo a cidadania: Uma análise introdutória sobre o direito à diferença**. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

VEJA. **Pioneiros do bem: Conheça as entidades que trabalham com filantropia não há anos, mas há séculos**. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/filantropia/p_031.html>. Acesso em 23 dez. 2014.

YAMAMOTO, Cintia Missue Kitano. **Promoção da saúde do idoso: Revisão de literatura brasileira**. 2010. 116f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.